

Medidas Tributárias Emergenciais

Boletim nº 31

Atualizações de 21.10 a 27.10.2020



INSTITUTO
DE APLICAÇÃO
DO TRIBUTO

Medidas Tributárias - Âmbito Federal

MATÉRIA/TRIBUTO	MEDIDA	ATO NORMATIVO	PUBLICAÇÃO
Prazos de cobrança e inscrição em dívida ativa da União	Altera a Portaria nº 447/2018, do extinto Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para cobrança administrativa no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia - RFB e para encaminhamento de créditos para fins de inscrição em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.	Portaria ME nº 353/2020	22.10.2020
IPI	Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016.	Decreto nº 10.523/2020	20.10.2020
Simples e Simei parcelamento	- Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.508/2014, que dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), e de débitos apurados no Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos	IN RFB nº 1.981/2020	13.10.2020

	<p>pelo Simples Nacional (Simei) devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI), no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>		
SIMPLES	<p>Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).</p>	Resolução CGSN nº 156/2020	05.10.2020
IOF	<p>Altera o Decreto nº 6.306/2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, prorrogando a redução a zero das alíquotas do IOF-crédito e adicional até 31.12.2020.</p>	Decreto nº 10.504/2020	02.10.2020
IPI, PIS, COFINS, PIS-Importação e COFINS-Importação	<p>Prorroga até 1º de janeiro de 2021 a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o Decreto nº 10.285/2020, o Decreto nº 10.302/2020, o Decreto nº 10.318/2020 e o Decreto nº 10.352/2020, quais sejam o IPI, o PIS, a COFINS, o IPI-Importação e a COFINS-Importação.</p>	Decreto nº 10.503/2020	02.10.2020
Importação - Transferência de mercadoria	<p>Dispõe sobre a transferência, na importação, de mercadoria de um regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial para outro.</p>	IN RFB nº 1.978/2020	01.10.2020
Dívida ativa da União	<p>Institui o Programa de Retomada Fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União, consistente no conjunto de medidas com o objetivo de estimular a conformidade fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União, permitindo a retomada da atividade produtiva após os efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19).</p>	Portaria PGFN nº 21562/2020	01.10.2020
Transação excepcional de débitos	<p>Estabelece as condições para transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União.</p>	Portaria PGFN nº 21561/2020	01.10.2020

Drawback		Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009.	Lei nº 14.060/2020	24.09.2020
ISSQN		Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata, cujo período de apuração esteja compreendido entre a data de publicação desta Lei Complementar e o último dia do exercício financeiro de 2022; e dá outras providências.	LC nº 175/2020	24.09.2020
Regimes especiais	aduaneiros	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.933/2020, que suspende o prazo para retorno ao País das pedras preciosas ou semipreciosas e de joias exportadas em consignação não vendidas no exterior, ou para a exportação definitiva das que forem vendidas, e a Instrução Normativa RFB nº 1.947/2020 que estabelece, em caráter temporário, procedimentos e prazos para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais durante o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.	IN RFB nº 1.977/2020	22.09.2020
Acordos e transações judiciais		Dispõe sobre a celebração de acordos e transações judiciais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	Portaria nº 498/2020	21.09.2020
Imposto de Importação		Prorroga até o dia 30 de outubro de 2020 a vigência da redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação, promovida pela Resolução CAMEX nº 17/2020.	Resolução CAMEX nº 89/2020	17.09.2020

Acordos – precatórios e encerramento de litígio	Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19.	Lei nº 14.057/2020	14.09.2020
Exportação de produtos	Revoga os §§ 1º e 2º do art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, que trata da exportação de produtos.	IN RFB nº 1.975/2020	10.09.2020
Exclusão de parcelamento RFB	Suspende, até 30 de setembro de 2020, os procedimentos administrativos de exclusão de contribuintes de parcelamentos celebrados com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), por motivo de inadimplência.	Portaria RFB nº 4.287/2020	04.09.2020
Exclusão de parcelamento PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7.821/2020 para suspender, até 30 de setembro de 2020, o início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional cuja hipótese de rescisão por inadimplência de parcelas tenha se configurado a partir do mês de fevereiro de 2020, inclusive.	Portaria PGFN nº 20.407/2020	04.09.2020
Transação extraordinária - PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 9.924/2020 para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária até 30 de setembro de 2020, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.	Portaria PGFN nº 20.162/2020	01.09.2020
Benefício fiscal	Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine).	Lei nº 14.044/2020	20.08.2020
Obrigações acessórias e-Financeira	Prorroga, em caráter excepcional, o prazo para transmissão da e-Financeira previsto no inciso II do art. 10 da IN RFB nº 1.571/2015, referente ao primeiro semestre do ano de 2020, para até o último dia útil do mês de outubro de 2020.	IN RFB nº 1.971/2020	14.08.2020

Transação resolutive de litígio - SIMPLES	Disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), inscritos em dívida ativa da União.	Portaria PGFN nº 18.731/2020	07.08.2020
Transação resolutive de litígio e enquadramento - SIMPLES	Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutive de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.	Lei Complementar nº 174/2020	06.08.2020
Exclusão de parcelamento RFB	Altera a Portaria RFB nº 543/2020, suspendendo o procedimento de exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplência de parcelas até 31.08.2020.	Portaria RFB nº 4.105/2020	31.07.2020
Suspensão de prazos - RFB	Altera a Portaria RFB nº 543/2020, suspendendo os prazos para prática de atos processuais no âmbito da RFB até 31.08.2020.	Portaria RFB nº 4.105/2020	31.07.2020
Transação extraordinária	Altera a Portaria PGFN nº 9.924/2020, prorrogando até 31.08.2020 o prazo para adesão à transação extraordinária.	Portaria PGFN nº 18.176/2020	31.07.2020
Exclusão de parcelamento PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7821/2020, suspendendo até 31.08.2020 o início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional cuja hipótese de rescisão por inadimplência de parcelas tenha se configurado a partir do mês de fevereiro de 2020, inclusive.	Portaria PGFN nº 18.176/2020	31.07.2020
Suspensão de prazos e atos de cobrança	Altera a Portaria PGFN nº 7.821/2020, suspendendo até 31.08.2020 prazos e medidas de cobrança administrativa.	Portaria PGFN nº 18.176/2020	31.07.2020

IOF	Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).	IN RFB nº 1.969/2020	30.07.2020
Hedge	Determina que, a partir do exercício financeiro do ano de 2021, a variação cambial da parcela com cobertura de risco (hedge) do valor do investimento realizado pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência domiciliada no exterior, registrada em conformidade com o regime de competência, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País, na proporção de 50% no exercício de 2021 e 100% a partir do exercício de 2022.	Lei nº 14.031/2020	29.07.2020
Obrigações acessórias - ITR	Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2020, que deverá ocorrer entre 17.08 e 30.09.2020.	IN RFB nº 1.967/2020	23.07.2020
Obrigações acessórias - ECF	Prorroga para até o último dia útil do mês de setembro de 2020 o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2019 e referente aos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação ocorridos no período entre janeiro e abril do ano-calendário de 2020.	IN RFB nº 1.965/2020	15.07.2020
Certidões	Prorroga por 30 dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) de que tratam os arts. 4º e 5º da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.	Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.178/2020	14.07.2020
Transação individual	Regulamenta o procedimento para a transação por proposta individual do devedor dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União,	Portaria nº 14/2020	14.07.2020

		nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.		
Imposto de Importação		Concede redução temporária a zero do Imposto de importação sobre produtos necessários ao combate da pandemia, incluindo-os no anexo único da Resolução CAMEX nº 17.	Resolução CAMEX nº 67/2020	13.07.2020
Incentivo fiscal – investimento em pesquisa e tecnologia	–	Regulamenta o investimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, decorrente de Projetos Tecnológicos com Objetivo de Sustentabilidade Ambiental - PROTECSUS, na área da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá, de que trata o inciso I do § 18 do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Portaria Conjunta ME/SUFRAMA nº 268/2020	10.07.2020
Ajuda compensatória – mensais – vários tributos	–	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, prevendo a possibilidade de cumulação do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda com o pagamento, pelo empregador, da ajuda mensal compensatória. Esta terá natureza indenizatória, não integrará a base de cálculo do imposto de renda retido na fonte, da declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física, da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários, do FGTS e, ainda, poderá ser considerada despesa operacional dedutível na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real.	Lei nº 14.020/2020	07.07.2020
IOF		Reduz a zero as alíquotas do IOF, inclusive a alíquota adicional, incidentes nas operações de crédito contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 2 de outubro de 2020.	Decreto nº 10.414/2020	03.07.2020
Transação extraordinária		Altera a Portaria PGFN nº 9.924/2020, prorrogando até 31 de julho de 2020 o prazo para adesão à transação extraordinária.	Portaria PGFN nº 15.413/2020	01.07.2020

Exclusão de parcelamento PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7821/2020, suspendendo, até 31 de julho de 2020, o início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional cuja hipótese de rescisão por inadimplência de parcelas tenha se configurado a partir do mês de fevereiro de 2020, inclusive.	Portaria PGFN nº 15.413/2020	01.07.2020
Suspensão de prazos e atos de cobrança da PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7821/2020, suspendendo prazos e medidas de cobrança administrativa até 31 de julho de 2020.	Portaria PGFN nº 15.413/2020	01.07.2020
Previdência Social	Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.	Decreto nº 10.410/2020	01.07.2020
Suspensão de prazos e atos RFB	Altera a Portaria RFB nº 543/2020, suspendendo até 31 de julho de 2020 os prazos para prática de atos processuais e procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB),	Portaria RFB nº 1.087/2020	30.06.2020
Regime aduaneiro especial	Altera a Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2008, que dispõe o regime aduaneiro especial de loja franca em portos e aeroportos alfandegados.	Portaria ME nº 258/2020	30.06.2020
Imposto de Importação	Reduz para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários.	Resolução CAMEX nº 56/2020	24.06.2020
Imposto de Importação	Reduz a zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre alguns Bens de Capital que determina.	Resolução CAMEX nº 55/2020	24.06.2020
Recof e Recof-Sped	Estabelece medidas para a redução dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19 com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), de que tratam as	IN nº 1.960/2020	18.06.2020

	Instruções Normativas RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016, respectivamente.		
Transação excepcional – cobrança de dívida ativa da União – PGFN	Disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, cuja inscrição e administração incumbam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em razão dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.	Portaria PGFN nº 14.402/2020	17.06.2020
Transação por adesão – contencioso tributário – PGFN	Disciplina os critérios e procedimentos para a elaboração de proposta e de celebração de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e no de pequeno valor.	Portaria ME nº 247/2020	17.06.2020
PIS/COFINS/Contribuições patronais/CPRB/Funrural	Prorroga o prazo de pagamento dos tributos federais: as contribuições relativas à competência de maio de 2020 deverão ser pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas na competência outubro de 2020.	Portaria ME nº 245/2020	17.06.2020
IRPF - restituição	Altera o art. 143, § 2º da IN RFB nº 1717/2017, acrescentando que, na hipótese de restituição de imposto sobre a renda apurada em declaração de rendimentos de pessoa física, o termo inicial da valoração do crédito será o mês de julho de 2020, caso a declaração seja referente ao exercício de 2020.	IN RFB nº 1.959/2020	12.06.2020
Suspensão de prazos e atos de cobrança da PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7821/2020, suspendendo prazos e medidas de cobrança administrativa até 30 de junho de 2020.	Portaria PGFN nº 13.338/2020	09.06.2020
Exclusão de parcelamento PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7821/2020, suspendendo, até 30 de junho de 2020, o início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional cuja hipótese de rescisão por inadimplência de parcelas tenha se configurado a partir do mês de fevereiro de 2020, inclusive.	Portaria PGFN nº 13.338/2020	09.06.2020
Suspensão de prazos e atos na RFB	Altera a Portaria RFB nº 543/2020, suspendendo os prazos processuais e outros atos até 30 de junho de 2020.	Portaria RFB nº 936/2020	29.05.2020

Exclusão de parcelamento RFB	Altera a Portaria RFB nº 543/2020, suspendendo o procedimento de exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplência de parcelas até 30 de junho de 2020.	Portaria RFB nº 936/2020	29.05.2020
IOF	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.	Decreto nº 10.377/2020	28.05.2020
Regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação	Dispensa as pessoas jurídicas autorizadas a operar em Zona de Processamento de Exportação de auferir e manter, no ano-calendário 2020, o percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de que trata o caput do art. 18.	Medida Provisória nº 973/2020	28.05.2020
Imposto de Importação	Altera a IN SRF nº 680/2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, para substituir o ANEXO II, do qual constam itens necessários ao combate à pandemia do coronavírus.	IN RFB nº 1955/2020	26.05.2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	Altera o art. 16 da Lei nº 11.371/2006, determinando que, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31.12.2022, a alíquota do IRRF incidente nas operações de que trata o art. 1º, <i>caput</i> , V, da Lei nº 9481/1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, corresponderá a 1,5%, entre 01.01.2020 e 31.12.2020.	Lei nº 14.002/2020	25.05.2020
Compensação	Disciplina a compensação entre débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e os créditos financeiros de que tratam o art. 7º da Lei nº 13.969/2019 (referentes a dispêndios mínimos com atividades de pesquisa, desenvolvimento e	IN RFB nº 1953/2020	22.05.2020

	inovação na área de tecnologia da informação e comunicação), e o art. 4º-C da Lei nº 11.484/2007 (dispêndios com pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores – PADIS).		
Parcelamentos – SIMPLES - RFB e PGFN	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos parcelamentos, administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), dos tributos apurados no âmbito do Simples Nacional e do Simei.	Resolução CGSN nº 155/2020	18.05.2020
Obrigações acessórias ECD	Prorroga para 31 de julho de 2020 o prazo para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2019.	IN nº 1.950/2020	13.05.2020
Parcelamentos – RFB e PGFN	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Não se aplica ao SIMPLES.	Portaria ME nº 201/2020	12.05.2020
Imposto de Importação	Altera para dois por cento a alíquota ad valorem do Imposto de Importação de mercadoria classificada em código da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, pelo prazo de doze meses	Resolução CAMEX nº 37/2020	05.05.2020
Imposto de Importação	Altera para dois por cento, por um período de doze meses, conforme quota e início de vigência discriminados em tabela, a alíquota ad valorem do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM determinados na resolução.	Resolução CAMEX nº 36/2020	05.05.2020
Tributos – regime de drawback	Permite a prorrogação, em caráter excepcional, por mais um ano, contado da data do respectivo termo, dos prazos de suspensão de pagamento dos tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020.	MP nº 960/2020	04.05.2020

CSLL	Altera a IN RFB nº 1700/2017, reduzindo a alíquota da CSLL de bancos e agências de fomento para 15%, no período compreendido entre 01.01.2019 e 29.02.2020, e estabelecendo novos procedimentos para a apuração desse tributo por essas pessoas jurídicas.	IN RFB nº 1942/2020	28.04.2020
Exclusão de parcelamento PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7821/2020, dispondo que a suspensão, por 90 dias, do início do procedimento para exclusão de contribuinte de parcelamento somente se dará caso a hipótese de rescisão por inadimplência tenha se configurado a partir do mês de fevereiro de 2020, inclusive.	Portaria PGFN nº 10.205/2020	22.04.2020
Imposto de Importação	Altera a IN RFB nº 1737/2017, que dispõe sobre o tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais, reduzindo a zero, até 30 de setembro de 2020, a alíquota do Imposto de Importação de alguns itens destinados ao combate do coronavírus.	IN RFB nº 1940/2020	20.04.2020
Imposto de Importação	Concede redução temporária a zero do Imposto de importação sobre produtos necessários ao combate da pandemia, incluindo-os no anexo único da Resolução CAMEX nº 17.	Resolução CAMEX nº 32/2020	17.04.2020
Transação de dívida	Estabelece as condições para a transação extraordinária na cobrança de dívida ativa da União, cuja inscrição e administração incumbam à PGFN. Revoga a Portaria PGFN nº 7820/2020.	Portaria PGFN nº 9924/2020	16.04.2020
	Regulamenta a transação na cobrança da dívida ativa da União.	Portaria PGFN nº 9917/2020	16.04.2020
Telecomunicações	Prorroga o prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações, quais sejam a TFF, a CONDECINE e a CFRP.	MP nº 952/2020	15.04.2020

Transação de dívidas	Estabelece requisitos e condições para a transação de dívidas tributárias e não tributárias com a União e põe fim ao voto de qualidade no âmbito do CARF.	Lei nº 13.988/2020	14.04.2020
PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação	Redução temporária a zero das alíquotas incidentes sobre receita de venda ou importação de sulfato de zinco para medicamentos utilizados em nutrição parenteral.	Decreto n 10.318/2020	09.04.2020
Imposto de Importação	Concede redução temporária a zero do Imposto de importação sobre produtos necessários ao combate da pandemia, incluindo-os no anexo único da Resolução CAMEX nº 17.	Resolução CAMEX nº 31/2020	08.04.2020
CPRB e FUNRURAL	Adia para agosto e outubro de 2020 o prazo para recolhimento da contribuição relativa às competências de março e abril de 2020, respectivamente.	Portaria nº 150/2020	08.04.2020
Simples Nacional	Prorroga os prazos para pagamento de todos tributos no âmbito do Simples Nacional.	Resolução CGSN nº 154/2020	03.04.2020
Obrigações acessórias - contribuições	Prorroga o prazo para apresentação da DCTF e da EFD-Contribuições.	IN nº 1.932/2020	03.04.2020
PIS/COFINS/Contribuições patronais	Adia para agosto e outubro de 2020 o prazo para recolhimento das contribuições relativas às competências de março e abril de 2020, respectivamente.	Portaria nº 139/2020	03.04.2020
Parcelamento Simplificado	Adia para 2021 o aumento do valor da parcela mínima.	Portaria PGFN nº 8792/2020	01.04.2020
IPI	Redução temporária da alíquota a zero para produtos necessários ao enfrentamento da crise, além daqueles previstos no Decreto nº 10.285/2020.	Decreto nº 10.302/2020	01.04.2020

IRPJ/CSLL – dedução	Exclusão do lucro líquido da ajuda compensatória mensal devida pelo empregados em razão da suspensão temporária do contrato de trabalho.	MP nº 936/2020	01.04.2020
IOF	Alíquota zero – operações previstas nos incisos I a VII do art. 7º do Decreto 6.306/2007.	Decreto nº 10.305/2020	01.04.2020
Obrigações acessórias IRPF	- Prorrogação do prazo para entrega da Declaração Anual do IRPF – até 30/06/2020.	IN nº 1.930/2020	01.04.2020
Sistema S	Redução das alíquotas em 50% por 3 meses.	MP nº 932/2020	31.03.2020
Certidões	Prorrogação da validade de CNDs e CPENDs por 90 dias.	Portaria Conjunta nº 555/2020	27.03.2020
Transação de dívida	Altera a Portaria PGFN nº 7820/2020, prorrogando o prazo para adesão à transação extraordinária até a data final de vigência da MP nº 899/2019.	Portaria PGFN nº 8457/2020	26.03.2020
Obrigações acessórias DCBE	- Prorroga o prazo de entrega da Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (DCBE). A declaração anual poderá ser entregue até 01/06/2020 e, a trimestral, entre 15/06 e 15/07/2020.	Circular BACEN nº 3995/2020	26.03.2020
Obrigações acessórias Simples Nacional	- Prorroga o prazo para apresentação da Defis e da DASN-Simei para 30 de junho de 2020.	Resolução CGSN nº 153/2020	26.03.2020
Imposto de Importação	Alíquota zero na importação de produtos necessários ao enfrentamento da crise.	Resolução Camex nº 22/2020	26.03.2020
Exclusão de parcelamento RFB	Suspensão, por 90 dias, do início do procedimento para exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplemento.	Portaria RFB nº 543/2020	23.03.2020

Suspensão de prazos e atos na RFB	Suspensão de prazos processuais e outros atos.	Portaria RFB nº 543/2020	23.03.2020
FGTS	Suspensão do pagamento em 3 meses e possibilidade de parcelamento do valor.	MP nº 927/2020	22.03.2020
IPI	Redução temporária da alíquota a zero para produtos necessários ao enfrentamento da crise.	Decreto nº 10.285/2020	20.03.2020
Imposto de Importação	Alíquota zero na importação de produtos necessários ao enfrentamento da crise.	Resolução Camex nº 17	18.03.2020
Simples Nacional	Prorrogação do pagamento de tributos federais por 6 meses.	Resolução CGSN nº 152/2020 (Revogada)	18.03.2020
Suspensão de prazos e atos de cobrança da PGFN	Suspensão, pela PGFN, por 90 dias, de prazos processuais e de atos de cobrança da dívida ativa .	Portaria nº 7821/2020	18.03.2020
Exclusão de parcelamento PGFN	Suspensão, por 90 dias, do início do procedimento para exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplemento.	Portaria PGFN nº 7821/2020	18.03.2020
Desembaraço aduaneiro	Procedimento simplificado para produtos necessários ao enfrentamento da crise.	IN nº 1927/2020	18.03.2020
Transação extraordinária	Parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa com condições favorecidas.	Portaria PGFN nº 7820/2020 (Revogada)	18.03.2020

Medidas Tributárias – Estado de São Paulo

MATÉRIA/TRIBUTIVO	MEDIDA	ATO NORMATIVO	PUBLICAÇÃO
Certidões	Prorroga, por 90 dias, a validade de certidões positivas com efeitos de negativas, vencidas no período compreendido entre 30.04.2020 e 31.05.2020.	Resolução Conjunta SFP/PGE nº 2/2020	13.05.2020
ICMS – energia elétrica	Isenta do ICMS a parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica referente ao fornecimento a consumidores de baixa renda. A parcela do consumo de energia deve ser inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida aplica-se entre 01.05 e 30.06.2020.	Decreto nº 64.968/2020	09.05.2020
Certidões	Prorroga, por 90 dias, a validade de certidões positivas com efeitos de negativas, vencidas no período compreendido entre 01.03.2020 e 30.04.2020.	Resolução Conjunta SFP/PGE nº 1/2020	03.04.2020
Simples Nacional - ICMS	Prorroga o prazo para pagamento do ICMS no âmbito do Simples Nacional, de modo que os vencimentos originais de abril, maio e junho passam a ocorrer em julho, agosto e setembro, respectivamente.	Resolução CGSN nº 154/2020	03.04.2020
Suspensão de atos de cobrança	Suspensão, por 90 dias, dos atos destinados a levar a protesto débitos inscritos na dívida ativa.	Decreto nº 64.879/2020	21.03.2020

Medidas Tributárias – Município de São Paulo

MATÉRIA/TRIBUTO		MEDIDA	ATO NORMATIVO	PUBLICAÇÃO
Suspensão de atos processuais¹		Prorroga até 15.09.2020 a suspensão dos prazos de processos e expedientes administrativos, exceto daqueles que versem acerca de direito que decairá ou pretensão que prescreverá até o final do corrente exercício, em especial os processos e expedientes disciplinares e fiscais.	Decreto nº 59.728/2020	01.09.2020
Suspensão de atos processuais		Altera o Decreto nº 59.644/2020, prorrogando até 31.08.2020 a suspensão dos prazos de processos e expedientes administrativos, exceto daqueles que versem acerca de direito que decairá ou pretensão que prescreverá até o final do corrente exercício, em especial os processos e expedientes disciplinares e fiscais.	Decreto nº 59.665/2020	05.08.2020
Suspensão de atos processuais		Prorroga até 31.08.2020 a suspensão dos prazos de processos e expedientes administrativos.	Decreto nº 59.644/2020	31.07.2020
Incentivos fiscais		Reabre o prazo para adesão ao Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo.	Lei nº 17.403/2020	18.07.2020
Programa de Incentivo à Manutenção do Emprego – PIME		Permite a inclusão no PIME de débitos tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2019, sendo permitida	Lei nº 17.403/2020	18.07.2020

¹ Atenção: Em São Paulo, há menção genérica a “processos e expedientes administrativos. No entanto, os prazos para interposição de impugnações em face de lançamentos tributários ou decisões administrativas em matéria tributária e recursos de competência do Conselho Municipal de Tributos (CMT) voltaram a correr a partir do dia 30 de julho.

	também a inclusão de eventuais saldos de parcelamento em andamento desde que estejam com suas parcelas em dia, ou com atraso de no máximo 90 (noventa) dias, excetuado os atrasos dentro do período de estado de calamidade pública no Município de São Paulo.		
Parcelamento	<p>Suspende, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, a contagem dos prazos de inadimplemento para fins de exclusão dos sujeitos passivos participantes dos Programas de Parcelamento Incentivados – PPIs, em todas as suas edições, do Programa de Regularização de Débitos – PRD e PAT – Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários, devendo o sujeito passivo adimplir as parcelas não pagas acrescidas de seus consectários legais, conforme a legislação de regência do respectivo programa.</p> <p>Restabelece os parcelamentos que tenham sido rompidos por inadimplemento após o início da situação de calamidade pública.</p>	Lei nº 17.403/2020	18.07.2020
Dívida ativa	Sujeita a acordos, transações ou remissões os débitos tributários inscritos em dívida ativa relativos ao desenquadramento do regime especial de recolhimento do ISS das sociedades uniprofissionais, previsto no art. 15 da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que tenham valor total de até R\$ 510.000,00.	Lei nº 17.403/2020	18.07.2020
Programa de Regularização de Débitos - PRD	Autoriza o Poder Executivo a reabrir, no exercício de 2020, por uma única vez e mediante decreto, o prazo para formalização de pedido de ingresso no Programa de Regularização de Débitos – PRD.	Lei nº 17.403/2020	18.07.2020
Dívida ativa, Prazos processuais, CADIN, Protestos e Certidões	Prorroga até 30 de julho de 2020 os períodos de suspensão de prazos previstos no Decreto nº 59.449/2020, prorrogados pelo Decreto nº 59.560/2020, em decorrência da pandemia de COVID-19.	Decreto nº 59.603/2020	15.07.2020
Prazos processuais	Prorroga até 14 de julho de 2020 a suspensão dos prazos para apresentação de impugnações e de recursos tributários.	Decreto nº 59.560/2020	30.06.2020

CADIN	Prorroga até 14 de julho de 2020 a suspensão da inclusão de pendências no Cadastro Informativo Municipal – CADIN.	Decreto nº 59.560/2020	30.06.2020
Protestos	Prorroga até 14 de julho a suspensão do envio de débitos inscritos em Dívida Ativa, para fins de lavratura de protestos, aos Tabelionatos de Protestos de Letras e Títulos, diretamente ou por intermédio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto do Estado de São Paulo (CENPROT).	Decreto nº 59.560/2020	30.06.2020
Certidões	Prorroga até 14 de julho de 2020 a validade das Certidões Conjuntas Negativas de Débitos (tributos mobiliários e imobiliários) e das Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativa (tributos mobiliários e imobiliários) emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, válidas em 16.03.2020.	Decreto nº 59.560/2020	30.06.2020
Dívida ativa	Suspende, até 30 de junho, o ajuizamento de execuções fiscais para cobrança judicial e a adoção de outros mecanismos extrajudiciais de cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa, com exceção daqueles que possam prescrever.	Decreto nº 59.449/2020	19.05.2020
Suspensão de atos processuais	Prorroga, até 30 de junho, a suspensão de prazos de processos e expedientes administrativos.	Decreto nº 59.449/2020	19.05.2020
Dívida ativa	Prorroga, por 30 dias, a suspensão da inscrição em dívida ativa de débitos perante o Município de São Paulo, prevista no Decreto nº 59.326/2020.	Decreto nº 59.391/2020	02.05.2020
Simples Nacional - ISS	Prorroga o prazo para pagamento do ISS no âmbito do Simples Nacional, de modo que os vencimentos originais de abril, maio e junho passam a ocorrer em julho, agosto e setembro, respectivamente.	Resolução CGSN nº 154/2020	03.04.2020
Certidões	Prorroga, por 90 dias, a validade das Certidões Conjuntas Negativas de Débitos (tributos mobiliários e imobiliários) e das Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativa (tributos mobiliários e imobiliários) emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, válidas em 16.03.2020.	Decreto nº 59.326/2020	02.04.2020

Dívida ativa	Suspende, por 60 dias, protestos de débitos inscritos em dívida ativa. Suspende, por 30 dias, a inscrição em dívida ativa, salvo casos de prescrição.	Decreto nº 59.326/2020	02.04.2020
CADIN	Suspende, por 90 dias, a inclusão de pendências no Cadastro Informativo Municipal - CADIN.	Decreto nº 59.326/2020	02.04.2020
Suspensão de atos processuais	Suspende, por 30 dias, os prazos para apresentação de impugnações e recursos tributários (o que já se aplicava desde 16.03.2020, quando entrou em vigor o Decreto nº 59.283/2020).	Decreto nº 59.326/2020	02.04.2020
Transação Tributária	Estabelece os requisitos e as condições para que o Município e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio em matéria tributária.	Lei nº 17.324/2020	18.03.2020